

O Exército e a Revolução Farroupilha

Uma releitura*

Cláudio Moreira Bento**

Com a abdicação de D. Pedro I, forças políticas que assumiram os destinos do Brasil provocaram um enfraquecimento do poder militar brasileiro, sob o falso lema de que as Forças Armadas não podiam ficar nas capitais e sim na defesa das fronteiras e do litoral. Basearam-se na seguinte falsa premissa:

“Forças numerosas e permanentes são uma ameaça à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz...”

O caso mais gritante foi a dispensa, por ser estrangeiro (francês), do Tenente Emílio Luís Mallet, atual patrono da Artilharia. Mallet foi consagrado herói na batalha do Passo do Rosário (Guerra da Cisplatina) e havia cursado a Escola Militar do Brasil.

No Rio Grande do Sul, essa política atingiu radicalmente a estrutura do Exército, ao ser ordenado que o Batalhão de Artilharia, ao comando do Major José Mariano de Mattos, fosse aquartelar em Rio Pardo. José Mariano era carioca, formado pela Escola Militar, e deputado provincial no Rio Grande do Sul. Foi Ministro da Guerra e da Marinha, vice-presidente da República e presidente interino na República Rio-grandense, para cuja adoção ele influenciou decisivamente, depois da vitória da Brigada Liberal do General Antônio de Souza Neto na batalha do Seival, em 10 de setembro de 1836. Mariano de Mattos foi o autor do brasão que figura na bandeira da República Rio-grandense. Essa bandeira, com o respectivo brasão,

foi adotada para o Rio Grande do Sul pelos constituintes de 1891. Esse assunto foi abordado em nosso livro *Símbolos do Rio Grande do Sul...*

Próximo ao final da revolução, Mattos foi preso em Piratini por Chico Pedro, também conhecido pela alcunha de Moringue, mais tarde Barão de Jacuí. Foi mantido preso em Canguçu, base de operações de Moringue, em cadeia que este mandara construir como “quarto de hóspedes para os farrapos”, como ironicamente divulgava.

Finda a revolução, José Mariano de Matos foi o ajudante-general de Caxias na guerra contra Oribe e Rosas em 1851-52. Ao retornar ao Rio, retomou sua carreira. Mais tarde, em 1864, foi Ministro da Guerra do Império. Faleceu em 5 de janeiro de 1866.

O Major João Manuel de Lima e Silva, tio de Caxias, possuía o curso da Escola Militar e comandava a unidade de Infantaria do Exército em Porto Alegre. Essa unidade foi transferida com ele para São Borja. No deslocamento, estacionou em Rio Pardo, por falta de condução para seguir para seu destino. João Manuel foi um dos que opinou pela proclamação da República Rio-grandense, pela qual foi eleito o primeiro general farroupilha. Comandou o Exército farrapo em Pelotas, com vistas à reconquista da cidade de Rio Grande, até sofrer ferimento no maxilar, deformador de seu rosto, sendo obrigado a ir tratar-se no Uruguai. Terminou sendo assassinado em São Borja, de

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel de Engenharia e de Estado-Maior e historiador.

onde foi exumado e sepultado com toda a pompa e circunstância em Caçapava do Sul. Seu túmulo foi, mais tarde, profanado por imperiais, e seus ossos, espalhados pelos campos.

Essa introdução serve para se entender a ação dos dois e de seus comandados, em Rio Pardo, para a eclosão da Revolução Farroupilha.

Revoltados pelas sutis ações contra o Exército, visando ao seu enfraquecimento ou à erradicação, passaram a conspirar para uma revolução. Vale lembrar que os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro eram oficiais de Estado-Maior do Exército e que, um pouco antes, haviam comandado unidades de Cavalaria do Exército, respectivamente em Jaguarão e Alegrete. Essas unidades, juntamente com a de Bagé, haviam sido enfraquecidas radicalmente pelo Governo, pela redução de seus efetivos de cerca de oitocentos homens para cerca de cem. Os dois Bentos estavam revoltados com essa situação. A Bento Gonçalves cabia, na época, o comando da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, integrada por estancieiros, fazendeiros, charqueadores e mais pessoas que conseguissem mobilizar. Estancieiros, fazendeiros e charqueadores estavam revoltados com o aumento do imposto sobre a légua de campo e com impostos escorchantes sobre o charque gaúcho, beneficiando o charque dos uruguaios e argentinos, inimigos de ontem.

A guarnição do Exército do Rio Grande do Sul era a mais poderosa do Império. Os desgostos com impostos, acima citados, somados aos de militares do Exército e da Guarda Nacional, serviram de combustível para as ações de 20 de setembro de 1835.

Essas ações foram decididas numa reunião maçônica em Porto Alegre, no dia anterior, na qual estavam presentes Bento Gonçalves e José Mariano de Matos.

A proclamação da República Rio-grandense, em 11 de setembro de 1836, no Campo do Menezes, também foi decidida em uma reu-

nião maçônica, aproveitando o êxito da vitória farrapa de Seival. O Coronel do Exército Joaquim Pedro Soares (1770-1850), herói farroupilha esquecido pela História, era veterano no Exército português. Participou das lutas para expulsar Napoleão da Península Ibérica. Veio para o Brasil com a Divisão de Voluntários Reais e, no Rio Grande do Sul, foi quem organizou o Corpo de Lanceiros Negros Farroupilhas. Estudamos Joaquim Pedro Soares em *O Exército farrapo e os seus chefes*, BIBLIEX, Rio, 1992, v. 1, p. 168-170. História é verdade e justiça!

Em Rio Pardo, os majores do Exército José Mariano e João Manuel fundaram, em 7 de abril de 1835, no 4º aniversário da Abdicação de D. Pedro I, a Sociedade Defensora, agitando as questões aqui abordadas. Dezesete dias após a Abdicação, em 24 de abril de 1835, ocorreu o assassinato do Juiz Casemiro de Vasconcelos Cirne, às 9h da manhã. Esse juiz processava acusados de promoverem agitação política em Rio Pardo. O Major José Mariano foi acusado de envolvimento, não provado, na morte do mesmo e foi enviado preso para Porto Alegre.

Essa participação do Exército na Revolução Farroupilha, até bem pouco tempo, não abordada pela historiografia, a concluímos em nosso citado livro *O Exército farrapo e seus chefes*, elaborado depois de detida pesquisa em fontes primárias na coleção Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha, iniciada em 20 de setembro de 1835, evoluiu em 11 de setembro de 1836 para a proclamação da República Rio-grandense, que duraria cerca de 9 anos e que influenciaria, 44 anos mais tarde, na Proclamação da República no Brasil. Essa proclamação foi realizada sob forte influência de oficiais que atuaram, em 1886, na Questão Militar no Rio Grande do Sul, ao tempo em que o Marechal Deodoro da Fonseca era o presidente e comandante das Armas da Província. No

Rio Grande do Sul, Deodoro recebera a influência republicana de Júlio Prates de Castilhos e de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Indo para o Rio de Janeiro, o Marechal Deodoro e seu grupo fundaram no ano seguinte, em 1887, o Clube Militar. Em 1888, influenciaram decisivamente na abolição da escravidão, ao protestar contra o uso do Exército como "capitão-de-mato" para perseguir escravos fugidos. E, finalmente, em 1889, três anos depois da Questão Militar no Rio Grande do Sul, proclamaram a República Brasileira, agora já com 116 anos, e que caminha para duplicar os anos de duração do Império.

Tanto influenciou a República Rio-grandense na adoção da República do Brasil que os constitu-

intes gaúchos de 1889 adotaram, como símbolos do Rio Grande do Sul, a bandeira, o brasão e o hino da República Rio-grandense.

A República Rio-grandense não foi só feita e conduzida por gaúchos. Dela participaram, com destaque, dois fluminenses oficiais do Exército, José Mariano de Matos e João Manoel de Lima e Silva; três mineiros que foram ministros da república, Domingos José de Almeida, de Diamantina, Ulhôa Cintra, de São João d'El Rei, que era Coronel de Cavalaria do Exército, e José da Silva Brandão, de Ouro Preto. No campo militar, ao lado dos generais gaúchos Bento Gonçalves, Antônio Neto, Davi Canabarro e Antônio da Silveira, atuou o paulista de Sorocaba General Bento Manoel Ribeiro. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Comando Supremo

Eliot A. Cohen

A obra estuda características gerais dos líderes e enfatiza as relações entre a liderança política e a militar, em períodos de guerra, quando políticos tratando com seus generais se defrontam com excepcionais dificuldades de relacionamento. Ela estuda, também, o proceder de Lincoln e Clemenceau, de Churchill e Ben Gurion, analisando seus relacionamentos com suas lideranças militares. O autor, em sua obra, chega a atingir momentos contemporâneos, culminando com as guerras do Vietnã, do Golfo, da Somália e do Kosovo.

Miguel Costa: o verdadeiro comandante da grande marcha da Coluna Prestes*

*Hélio Tenório dos Santos***

O General Miguel Costa, figura ímpar em nossa história, foi um dos grandes brasileiros que guiaram os destinos de nossa nação. Teve todos os predicados que motivam a reverência à sua memória.

Militar, foi um dos grandes soldados das polícias militares do Brasil. Combatente, foi um bravo em uma época de bravos. Político, foi força motriz para a democratização de nossos costumes políticos. Visionário, lutou pelos direitos sociais e trabalhistas que hoje usufruímos. Historiador, registrou as revoltas da década de 1920 do século passado. Miguel Costa foi amado devido a sua grande bondade e humanismo. Brasileiro, fez-se por direito de conquista na guerra, com patriotismo abnegado. Herói, morreu de pé, em triunfo, sob aclamação do povo brasileiro, a quem dedicou toda a sua existência.

Miguel Costa, pelo caráter, pela bravura, pelo gênio, pelo exemplo, foi um gigante.

Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues nasceu em Buenos Aires, em 3 de dezembro de 1885, era filho de espanhóis, o pai, da Catalunha, e a mãe, de Valência, terras que por séculos deram à luz obstinados guerreiros épi-

cos. Lá nasceram os cavaleiros da Reconquista Ibérica, os aventureiros conquistadores do Novo Mundo, os colonos bandeirantes do Brasil, os soldados da Guerra Brasilica contra os holandeses e os guerrilheiros que derrotaram o poderoso Exército napoleônico. Miguel Costa é mais um exemplo dessa tradição de guerreiros, reunindo em si as qualidades de seus ancestrais somadas a uma forte componente humanista.

A família Costa deixou a Argentina, mudando-se para o Brasil, enquanto Miguel ainda era criança, crescendo ele com seus três irmãos e duas irmãs na calma Piracicaba, na época do florescer do progresso paulista.

Muito jovem, com 15 anos de idade, estimulado pela pujança militar de São Paulo, assentou praça como soldado no Regimento de Cavalaria da Força Pública (hoje Polícia Militar do Estado de São Paulo), em 30 de agosto de 1901, sendo promovido, no correr dos anos, a cabo e a sargento de Cavalaria. Vivia a nossa Força Pública o processo de reorganização e transformação radical conduzido pelos instrutores da Missão Francesa, no ano de 1906.¹

Pelos seus méritos, foi selecionado para freqüentar a primeira turma do Curso Com-

* Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - AHMTB.

** O autor é Tenente da Polícia Militar de São Paulo e historiador.

¹ A Força Pública de São Paulo (hoje Polícia Militar) recebeu uma missão de instrução de oficiais do Exército francês, em 1906, a qual reorganizou totalmente a Força segundo os padrões franceses. Com resultado militar extremamente bem-sucedido, a Missão manteve-se em serviço em São Paulo até 1924, interrompida apenas durante os anos da Primeira Guerra Mundial. de 1914 a 1918, quando os instrutores retornaram à França para combaterem. Como legado da Missão à PM podemos citar: a criação do Estado-Maior, da Escola de Educação Física (em 1910), da Escola de Cabos, da Escola de Sargentos e da Escola de Oficiais (em 1913), dos Regulamentos de Instrução e de Serviço, modernização dos uniformes e equipamentos etc.

plementar Literário e Científico, embrião da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, formando-se em 1913. Do seu serviço como oficial, consta ter ele sido auxiliar de instrução da Missão Francesa, atuando também na redação dos numerosos manuais legados a São Paulo pelos oficiais gauleses.

Reflexo da intensa imigração do início do século, a década de 1910 viu surgirem as idéias anarquistas em São Paulo. Em 1917, eclodiram na Capital as grandes greves simultâneas, que passaram à história como a Greve Operária de 1917. Numa época em que os problemas sociais eram tratados como caso de polícia, Miguel Costa sobressaiu-se no comando da tropa de Cavalaria da Força Pública ao evitar confrontos com os operários, intermediando, pela primeira vez na história do Brasil, negociações entre operários em greve e seus patrões. Apelando ao bom senso de todos, conseguiu evitar o confronto, restabelecendo a calma na sociedade paulista com a volta dos operários ao trabalho. Essa primeira ação registrada de Miguel Costa revela a sua marcante preocupação em melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Não há registro individual conhecido, mas é certo que Miguel Costa, assim como todo o efetivo disponível da Força Pública, tenha tomado parte no socorro às vítimas da Gripe Espanhola de 1918, que vitimou milhões de pessoas em todo o mundo, e foi particularmente intensa na cidade de São Paulo.

Mas é na década de 1920 do século passado que a estrela de Miguel Costa desponta com todo seu brilho, justificando o culto à sua memória.

Em 1922, os episódios da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa resultaram em uma série de incidentes que evidenciaram o maior vício da República: a falta de legitimidade da representação popular. O triste episódio das

“Cartas Falsas” e a sucessão no governo da Bahia foram a gota d’água que envolveu mais uma vez o Clube Militar nos destinos da República, entrando na luta para fazer valer a soberania do povo ao pleitear o “*respeito à Constituição*”. O movimento revolucionário iniciado em 1922 aspirava ainda à “*moralidade pública e administrativa, liberdade de manifestação de pensamento, garantias individuais feitas a todos os cidadãos e a liberdade do voto*”.²

Não historiaremos aqui os fatos de 1922 que deflagraram a revolução com toda a sua dramaticidade épica protagonizada por jovens oficiais como Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e tantos outros. Restringiremo-nos à ramificação paulista da conspiração, forte no 4º Regimento de Artilharia Montada de Itu.

Existe o registro da participação da Cavalaria da Força Pública em um plano para sublevar aquela unidade do Exército e aprisionar o Presidente do Estado, ainda em 1922. Esse levante não foi desencadeado, mas provavelmente contou com a adesão de Miguel Costa na fase conspiratória, conforme declarou, alguns anos depois, Juarez Távora.

Malograda militarmente a Revolta de 1922, continuou a conspiração para derrubada do Governo e moralização da República. Em 1924, o ambiente político tornou-se favorável à eclosão de nova revolta militar. O principal conspirador era o Major Joaquim Távora, que estabeleceu a rede de contatos de abrangência nacional. Joaquim procurou o Major Miguel Costa que se manteve fiel à posição assumida em 1922. Desde o primeiro momento, Miguel Costa, nas palavras de Juarez Távora, a quem chamava carinhosamente de filho, “*tornou-se, dentro da Paulicéia, o esteio mais vigoroso do movimento revolucionário*”.³ “*A pertinácia organizadora de Miguel Cos-*

² Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1945, p. 549.

³ Edgard Carone, *O Tenentismo*, São Paulo: DIFEL, 1975, p. 48.

ta era então um exemplo animador: Não se limitara a garantir o apoio do seu regimento de Cavalaria à revolução; ia minando com prudência alguns elementos, com a conivência de certas guardas importantes da cidade. Foi indiscutivelmente o braço direito da conspiração dentro da cidade de São Paulo.”⁴

O chefe militar escolhido pelos revolucionários foi o Marechal Isidoro Dias Lopes, filho de D. Pedrito, no Rio Grande do Sul, combatente tarimbado nas campanhas do Sul, que aceitou o comando pelo entusiasmo contagiante daqueles jovens idealistas, que apelidara de “loucos lindos”.⁵

A conspiração seguia acesa, mas, devido ao fracasso militar de 1922, nenhuma guarnição se comprometia a tomar a iniciativa do levante. Ficou para São Paulo a missão de “vibrar um forte golpe, capaz de restituir a fé às guarnições descrentes”.⁶ Esse golpe só seria possível com a ação de Miguel Costa.

Mas ouçamos outra testemunha daquela época, o sargento Nelson Tabajara: “Miguel Costa, das maiores figuras da revolução no sentido da hombridade, coragem, capacidade de assumir responsabilidades, foi o verdadeiro cabeça do movimento e não fosse a sua colaboração leal e a ação eficiente, o levante não teria estourado. Homem de confiança de Joaquim Távora, tornou-se o fator decisivo da conspiração e coube-lhe a maior honra de todo o ciclo revolucionário, comandar a Coluna Prestes. Miguel Costa não entrou para a causa como simples oficial de Cavalaria ou comandante de regimento. Desde o primeiro dia surgiu com características de símbolo. Está colocado entre os grandes e, se encararmos com propriedade a sua obra dentro das duas colunas, pode sem favor ser considerado o primeiro(...)”.⁷

Iniciada a revolta na madrugada de 5 de julho, com o levante do 4º Batalhão de Caçado-

res de Santana, ainda cedo caíram em poder dos revolucionários as unidades da Força Pública na Luz: o Regimento de Cavalaria, de onde soou o primeiro toque de formatura, sinal convencional de adesão à Revolução, o 4º, o 1º e o 2º batalhões de Infantaria e o Corpo Escola.

É importante notar que, ao lado de Miguel Costa, estava uma plêiade de oficiais revolucionários da Força Pública, pequena em número, mas cujos méritos e vidas de combate honrariam qualquer Força: Índio do Brasil, Virgílio Ribeiro dos Santos, João Cabanas, Arlindo de Oliveira, José França de Oliveira e outros como Thales do Prado Marcondes, este último um bravo entre os bravos, cuja história é repleta de façanhas militares em combates audazes, e que bem merece ter sua memória resgatada, ele que foi o braço direito do General Miguel em tantas campanhas.

A luta inicial pela posse da Capital envolveu combates ferozes e bombardeio de artilharia inclemente sobre a região central da cidade. Na noite de 8 de julho, vários oficiais revolucionários, julgando a situação perdida, decidiram abandonar a luta, retirando-se do Quartel da Luz, Quartel-General das Forças Revolucionárias. Até mesmo o General Isidoro, comandante supremo, deixou o comando recomendando cessar o combate.

Miguel Costa, oficial de hombridade a toda prova, foi o único comandante do QG que permaneceu na luta. Concentrou as forças e reduziu o perímetro defensivo, preparando-se para resistir a um assalto final. Naquele transe difícil, escreveu uma carta ao Presidente do Estado, Carlos de Campos, assumindo toda a responsabilidade pelo levante e suas conseqüências, propondo a rendição e pedindo anistia

⁴ Juarez Távora, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, 1º volume, São Paulo: O Combate, 1927, p. 144.

⁵ Edgard Carone, op. cit., p. 50.

⁶ Edgard Carone, op. cit., p. 49.

⁷ Nelson Tabajara de Oliveira, *1924 – A Revolução de Isidoro*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 33.

apenas para os soldados e oficiais da Força que o haviam acompanhado e o reconhecimento das promoções feitas durante a revolta, recusando qualquer benefício para si.⁸

Na manhã do dia seguinte, 9 de julho, quando o soldado Hermínio Fernandes Amado levou essa carta ao Palácio dos Campos Elísios, é que os revolucionários perceberam que também os legalistas haviam decidido abandonar a cidade na mesma noite. Por ironia do destino, os dois exércitos que se enfrentavam, encarnadamente por quatro dias, decidiram, ao mesmo tempo, retirar-se da luta. Não fosse a tenacidade de Miguel Costa naquele momento crítico, mantendo a posse da região da Luz, a Revolução de 1924 teria se encerrado ali. Ouçamos de novo o Marechal Juarez Távora, testemunha dos fatos: “*Miguel Costa agia sob o império de outros sentimentos. Temperamento estóico, onde a bravura e o instinto sobrepõem-se, algumas vezes, aos conselhos da razão, cuidava poder sair daquela crise através de um golpe audaz. E, tão obstinado quanto valente, poderia ter arruinado e extinguido a revolução dentro de São Paulo, com a sua intransigência. Salvou-a, ali, entretanto, com essa mesma obstinação, servida pela boa estrela da fortuna, que dizem raramente abandonar os que pelem com audácia.*”⁹

Lourenço Moreira Lima, que conheceu Miguel Costa nesse dia glorioso, encontrou-o afônico, de tanto expedir ordens, sem dormir desde o dia 4 de julho, descrevendo-o “*extraordinário soldado, de bravura modelar, caráter inamolgável e grande bondade*”.¹⁰ Um exemplo dessa bondade foi a sua intervenção para salvar a

vida do bravo Capitão Francisco Júlio César Alfieri,¹¹ ameaçado de fuzilamento pelo Tenente Cabanas.

A batalha por São Paulo foi tremenda, mas devido ao insucesso dos levantes nas outras guarnições, que deveriam acompanhar São Paulo, os revolucionários isolados decidiram abandonar a capital em 28 de julho, protagonizando a mais espetacular retirada na história militar brasileira. Enquanto João Cabanas inaugurava a guerra psicológica no Brasil, rechaçando poderosas colunas inimigas por meio de ardis e muita audácia, mais de seis mil revolucionários, armados e equipados, com farta artilharia e cavalaria, plenamente supridos de material, saíram de São Paulo em perfeita ordem, rompendo o cerco estabelecido pelas tropas vindas de todo o Brasil, em número e poder de fogo largamente superiores aos revolucionários.

Retiraram-se três brigadas revolucionárias, sob comando dos tenentes-coronéis Bernardo Padilha, Olyntho de Mesquita e Miguel Costa, com um corpo de cavalaria sob comando do General João Francisco, seguindo para Bauru, Rio Paraná e Guaíra. No Paraná, estabeleceram-se no território do Iguazu, onde passaram a conduzir guerra de posições em extensas linhas, contra as numerosas forças fiéis ao Governo.

Durante a retirada de São Paulo, o valor de Miguel Costa foi reconhecido com a sua promoção a *general*, posto que ele considerava “*o grande orgulho de sua vida de militar e brasileiro*”.¹² É possível encontrar promoção mais meritória e legítima do que essa, alcançada por atos

⁸ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 60.

⁹ Juarez Távora, *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*, p. 236.

¹⁰ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, p. 42.

¹¹ Francisco Júlio César Alfieri, paulista de origem italiana, integrou como Praça a expedição do 1º Batalhão de Infantaria da Força Pública a Canudos, onde combateu em 1897. Como oficial foi o primeiro comandante da Escola de Oficiais da Força. Serviu como Capitão no Exército italiano durante toda a Primeira Guerra Mundial. Reintegrado à Força Pública em 1924, combateu nas grandes campanhas de 1924 a 1932.

¹² Hélio Silva, *1931 – Os Tenentes no Poder*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 306

de combate em defesa do Brasil e por bravura pessoal, unanimemente aclamada em triunfo pela numerosa tropa revolucionária?

Este período é repleto de exemplos da bravura de Miguel Costa: *“Certa vez, na descida do Rio Paraná, durante a retirada de São Paulo, houve um combate terrível, no qual a artilharia tomou parte saliente. As granadas inimigas caíam incessantemente sobre o QG, onde Miguel Costa, fumando flegmaticamente o seu cigarro, combinava com Juarez os meios para rechaçar o inimigo, como se estivesse a palestrar sobre um assunto, alegre, numa sala tranqüila.”*¹³

Ouçamos também o lendário João Cabanas¹⁴ referir-se a Miguel Costa: *“Nesse camarada nunca deixei de reconhecer o belo caráter que possui e as suas excelentes qualidades de companheiro e de comandante, tudo isto aliado a uma grande competência como militar e organizador. Não quero falar de sua bravura porque é demais conhecida hoje em todo o Brasil. Minha admiração por esse homem, a quem as tropas revolucionárias já o aclamaram general, era e é completa.”*¹⁵

A queda de Catanduvas, em 27 de março de 1925, fechou os revolucionários em um cerco apertado na região do Iguaçu, enfrentando um inimigo bastante ofensivo, o que tornou a situação militar revolucionária insustentável. O comandante legalista, o grande brasileiro General Cândido Mariano Rondon, aplicou com maestria os meios dos quais dispunha, obtendo êxito na sua estratégia. Às vésperas de completar o aniquilamento total da capacidade combativa da Revolução, declarou que tinha os revolucionários encurralados dentro de uma garrafa e tinha sua mão sobre o gargalo, de onde

eles não iriam escapar desta vez, como haviam feito em São Paulo.

A situação desanimadora não abateu o espírito audaz de Miguel Costa. Aguardando a chegada da estropiada Coluna Prestes vinda do Rio Grande do Sul, incorporou os homens à sua poderosa Divisão, armando-os e suprindo-os de material de guerra. O General Isidoro passou o comando geral das tropas a Miguel Costa, que organizou a 1ª Divisão Revolucionária, mesclando paulistas e gaúchos e, em uma daquelas manobras inusitadas, tão características dos gênios militares, “quebrou o fundo da garrafa de Rondon”. Atravessou o Paraguai para romper o cerco federal, ressurgindo com a sua Divisão, intacta e pronta para a luta, no sul de Mato Grosso. Pela terceira vez a participação de Miguel Costa foi crucial para salvar a Revolução, mantendo acesa a chama da luta quando tudo parecia perdido.

E mais uma vez encontramos sob comando do general os nomes de uma geração de heróis da mais alta estirpe brasileira: Cordeiro de Farias, Juarez Távora, João Alberto, Djalma Dutra, Siqueira Campos e tantos outros. Sobre a escolha de Miguel Costa para comandar essa tropa de gigantes, disse o Marechal Cordeiro de Farias: *“A escolha de Miguel Costa como comandante da Coluna foi um fato natural. Ele era uma figura admirável, um soldado corajoso. [...] Miguel foi a alma da rebelião de São Paulo. Não fosse o levante daquelas primeiras unidades da polícia estadual, promovido por ele, e o movimento paulista não teria ocorrido. E a revolta de São Paulo foi o determinante de toda a arrancada revolucionária. Miguel Costa foi o único dirigente da*

¹³ Lourenço Moreira Lima, op. cit., p. 165.

¹⁴ Primeiro-Tenente do Regimento de Cavalaria da Força Pública, organizou e comandou a legendaria “Coluna da Morte”, tropa aguerrida de milicianos que, apesar de diminuta em efetivo, empregando tática de guerra não-convencional e psicológica, tomou as cidades ao norte de São Paulo, rechaçando poderosas colunas legalistas providas de Minas Gerais. As ações do Tenente Cabanas garantiram o sucesso do escoamento intacto dos revolucionários de São Paulo, tendo a sua coluna coberto toda a retirada revolucionária até Guaíra, em combates constantes.

¹⁵ João Cabanas, *A Coluna da Morte*, p. 27.

coluna ferido em combate. Era um homem muito cuidadoso e organizado. [...] vivia sempre elegante, com roupa limpa, enquanto nós vivíamos sempre sujos."¹⁶

É da época da Coluna Miguel Costa que encontramos preciosas descrições do General, como a do Secretário Moreira Lima, ao retratá-lo no comando da Divisão Revolucionária: "O fogão do General Miguel era um dos mais bem organizados, graças ao seu espírito metódico. Miguel andava sempre vestido corretamente e o seu cavalo era encilhado com todo o cuidado. Possuía uma bagagem constituída por duas brucacas onde se encontrava um mundo de coisas ordenadamente dispostas: rapaduras, farinha, doces, cigarros, fumo em corda, palha e papel para cigarros, tesouras, canivetes, facas, lápis, papel para escrever, cartas geográficas, livros, furadores, agulhas, linha, cordões, anzóis para pescar (seu passatempo predileto), bálsamo do Peru – seu remédio por excelência, que ele aplicava para todos os males –, aspirina, fósforos, escovas, graxa para sapato, jornais, réguas, bicarbonato cujo maior consumidor era Juárez, e até uma tarrafa. Também fazia parte dessa bagagem a sua cama de campanha e, depois, uma rede para se deitar. Esse amontoado de coisas não era somente para seu uso. Servia para todos que recorressem a ele, ouvindo, antes de serem satisfeitos, um longo 'Sermão', censurando-os, por não trazerem os objetos de que poderiam vir a precisar. Mas, nunca ninguém deixou de ser atendido, desde que houvesse aquilo que pedia."¹⁷ Completavam esse trem o bagageiro português, José Santos, que não media esforços em proteger e servir o seu comandante, e a mula chamada Bolívia.

As táticas inovadoras da Coluna Miguel Costa fizeram escola, com seu deslocamento dinâmico em destacamentos escalonados em forma de diamante. A manobra do laço húnga-

ro, realizada duas vezes, o ímpeto ofensivo constante, as potreadas que supriam a coluna, o espírito de corpo da tropa, tudo isso concorreu para que, enfrentando dois anos de perseguição ininterrupta, Miguel Costa mantivesse sua tropa de "homens de brio"¹⁸ invicta.

E não foi por falta de combates. Certa vez, no inóspito sertão da Bahia, ferido no peito por tiro de fuzil inimigo, o *general*, amparado pelos seus tenentes, sofria em silêncio, como o herói que era.¹⁹ Ítalo Landucci lembrou apreensivo: "...vinha o nosso chefe supremo, o querido General Miguel Costa, que perdia muito sangue de um rombo à altura do coração [...] Impressionou a todos o ferimento do nosso general. A padiola que durante dias transportou, foi objeto de carinhosos cuidados e nos rejubilamos quando o vimos novamente à testa do seu QG."²⁰

Após a 1ª Divisão Revolucionária, a famosa Coluna Miguel Costa, internar-se na Bolívia, passaram os revolucionários a viver o mais doloroso período de suas vidas, o exílio. É nesse momento que, abnegadamente, pelo bem do Brasil, todos os líderes revolucionários decidiram dar um passo atrás para deixar em evidência Luís Carlos Prestes, subcomandante da coluna, para que o seu nome fosse utilizado como catalisador de todos os feitos revolucionários. Tal decisão foi tomada para elevá-lo à condição de herói. Prestes foi escolhido por ser o militar de menor possibilidade de rejeição junto ao povo brasileiro e ao Exército.

Essa nobre decisão, tomada pelo próprio Miguel Costa, baseava-se em que a figura pública de sua pessoa poderia facilmente ser manipulada pelos inimigos da Revolução. O General Miguel Costa era espírita em um país de ca-

¹⁶ Aspásia de Camargo, Walder de Góes, *Oswaldo Cordeiro de Farias, Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981, p. 114.

¹⁷ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, p. 151.

¹⁸ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 309.

¹⁹ João Alberto Lins de Barros, *A Marcha da Coluna*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p. 132.

²⁰ Ítalo Landucci, *Cenas e Episódios da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes*, São Paulo: Editora Brasiliense Ltda., 1952, p. 144.

tólicos. Era desquitado, em uma época em que isso era considerado um tabu. Era argentino de nascimento, cuja naturalidade fora cassada por ato de vingança do Governo Federal. Era oficial da Força Pública, um “meganha”, quando a Revolução iria necessitar de todo apoio possível no Exército. Os predicados de Miguel aconselhavam seu nome e, assim, foi escolhido o nome de Prestes para ser louvado.²¹

A nossa história, infelizmente tão vilipendiada, assistiu à manipulação comunista das décadas de 1930 e de 1940 propagandear com maquiavelismo o nome de “Coluna Prestes” para referir-se à 1ª Divisão Revolucionária. Todos os documentos, fatos e testemunhas, inclusive o próprio Prestes, confirmam, sem sombra de dúvida, que Miguel Costa foi de fato e de direito o comandante da coluna. Há um sem-número de exemplos do seu poder final de decisão, respeitado por todos, mesmo quando Prestes manifestava sua discordância. Miguel Costa tinha Prestes em grande apreço, e foi por ato seu que Prestes foi promovido a *general revolucionário*, em 1926, em Riachão, no Piauí. O próprio General Isidoro lamentava que a Coluna fosse conhecida como Prestes, chamando-a de Coluna Miguel Costa.²²

E Miguel Costa, como ser humano de espírito elevado, jamais guardou rancor de Prestes, sendo o único dos veteranos da coluna que o apoiou, como amigo, nos duros anos de cárcere que Prestes enfrentou no Estado Novo.

Mas ouçamos Siqueira Campos falar sobre o General Miguel: “Foi o nosso comandante. Deu sempre exemplos admiráveis de coragem, resignação, firmeza de caráter, estoicismo e correção pessoal. Basta dizer que Miguel Costa nunca deixou de barbear-se um dia, embora às vezes o fizesse sob pres-

*são do inimigo e até debaixo de bala. Sua fisionomia estava sempre apresentável, ao contrário de nós todos que deixamos a barba crescer.”*²³

Todas as descrições de Miguel Costa, escritas por aqueles que o conheceram, são unânimes na descrição de suas qualidades. Durante o exílio, em Passo de los Libres, encontramos uma das mais belas dessas descrições do general, na pequena chácara em que vivia com seus oficiais no ano de 1928, em pobreza franciscana: “(...) o General Miguel Costa. Alto, magro, grisalho mas rijo como um cerne. Veste-se com absoluta sobriedade, pouco melhor que seus companheiros, mas conserva uma linha acentuadamente militar, que contrasta com a expansão dos demais exilados. Ele nunca está de mau humor nem tampouco de bom humor. Afável, acolhedor; de fisionomia serena mas imutável. Poderia, a qualquer momento, julgar-se diante de dez mil homens em parada: ele continua a sentir-se perenemente no comando de uma floresta de baionetas. Em conversa, não manifesta esperança nem desolação, não se exalta nem se lamenta, aceitou com doçura a sua situação e só se trai pelo fogo dos olhos quando alguém lhe fala em anistia. ‘Ou tudo, ou nada’, diz, e volta à sua serenidade impenetrável.”²⁴

A anistia, pela qual Miguel Costa mostrava tamanha intransigência, era apenas para a sua tropa, pois ele e seus oficiais sempre manifestaram que, caso fosse necessário, ele, Prestes, Juarez, João Alberto, Cordeiro e os outros poderiam ser excluídos da anistia.

Miguel Costa sempre se mostrou grande na adversidade. Por duas vezes enfrentou conspirações na coluna, uma encetada por um major italiano e a outra por um *tenente*, ex-sargento da Marinha. Em ambas as ocasiões, perdoou aqueles que desejavam matá-lo à traição, expulsando-os da coluna. A mesma benevolência que demonstrava com seus inimigos, perdoando-os sempre, equilibrava com intransigente defesa dos direitos dos outros, sendo que por vezes aplicou a pena máxima aos maus soldados da sua tropa que cometiam crimes de guerra con-

²¹ João Alberto Lins de Barros, op. cit., p. 161.

²² Lourenço Moreira Lima, op. cit., p. 60.

²³ Edgard Carone, op. cit., p. 257.

²⁴ Edgard Carone, op. cit., p. 155.

tra a população civil. Fazia sempre questão de manter disciplina férrea no seu comando, primando pela justiça. Observou o Coronel Davino: “O General Miguel era um grande coração, uma alma nobre, amigo do povo, fraterno, não perseguia e nem se vingava de ninguém.”²⁵ Até mesmo o seu pior inimigo político, o General Góes Monteiro, admitia: “Ele é um homem bom e decente”²⁶, juízo de que dele também fazia o ditador Getúlio Vargas.²⁷

Em 1930, o processo da Revolução Brasileira teve seu impulso final. Dos preparativos para o levante militar fala Nelson Tabajara: “A conspiração prosseguiu até o ponto de exigir a presença do comandante supremo: Miguel Costa, cuja personalidade era uma bandeira na Força Pública de São Paulo e, de modo geral, em todo o país.”²⁸

A Revolução em 1930 empolgou o País. E, no comando da vanguarda revolucionária do sul, veio o Grupo de Destacamentos do general Miguel Costa. A última campanha do General foi também a maior. Atuando em manobras paralelas, comandando os maiores efetivos contra a fronteira de São Paulo, celebrizou-se pelos combates de Quatiguá, Ribeira e pela grande batalha de Itararé, que venceu. Nesta última, novamente demonstrando seu espírito conciliador, tudo fez para evitar o derramamento inútil de sangue brasileiro, insistindo no armistício.

Das suas qualidades militares ressaltam mais uma vez a sua firmeza, dinamismo, organização, gênio estratégico, espírito ofensivo e tática de mestre. Pelas mãos de Miguel Costa foi vencida, em Itararé, a última manifestação de poder da República Velha, encerrando um ciclo de quatro décadas de história brasileira. Por ironia do destino, sua última vitória militar

foi conquistada combatendo o grosso da tropa da sua querida Força Pública.

Voltando a São Paulo, após ter estado mais de seis anos ausente, Miguel Costa foi recebido na Estação da Luz por uma grande concentração popular, totalmente espontânea, que clamava em uníssono: “Nós queremos Miguel Costa!” Retirado do trem carregado nos braços da multidão, naquele momento magnífico de vibração patriótica, trouxeram ao general o seu antigo cavalo, deixado no Regimento de Cavalaria por ocasião da retirada de São Paulo em 1924. Miguel Costa, sem poder resistir ao apelo físico do povo, desfilou montado pela cidade, sendo aclamado por uma multidão em delírio. Jamais São Paulo testemunhou triunfo militar semelhante. Todos os participantes daquele momento avaliaram que, se Miguel Costa desejasse, poderia ter assumido o Governo do Estado, pois nenhuma oposição teria força para tirar-lhe a direção de São Paulo.

Mas o general era um patriota abnegado, de grande bravura e grande humildade. Julgou ele que os comandantes revolucionários deveriam permanecer junto às suas tropas, garantindo o apoio das forças à obra regeneradora que a Revolução teria de encetar no Brasil.

O período de 1930 a 1932 é riquíssimo quanto à ação política de Miguel Costa. Embora desejássemos, não cabe aqui historiarmos esses fatos, pela sua complexidade que não permite abordagem superficial. Fiquemos, entretanto, com alguns aspectos que merecem ser transcritos, desfazendo mitos, injúrias e difamações daquela época.

Miguel Costa e João Alberto tinham grande amizade²⁹ e mantiveram essa unidade de ideal

²⁵ Davino Francisco dos Santos, *A Coluna Miguel Costa e Não Coluna Prestes*, São Paulo: EDICON, 1994, p. 45.

²⁶ Lourival Coutinho, *O General Góes Depõe...*, Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956, p. 171.

²⁷ Antonio Carlos Pereira, “Folha Dobrada”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1982, p. 289.

²⁸ Nelson Tabajara, *1924 – A Revolução de Isidoro*, p. 193.

²⁹ Lourenço Moreira Lima, *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*, p. 163.

durante o período. Divergências pequenas houve, mas o que salta aos olhos de quem analisa os fatos, hoje, é a lealdade entre esses homens.³⁰

Miguel Costa jamais foi comunista, como tanto propagandearam seus opositores. Suas convicções eram essencialmente democráticas. Ele foi, sem dúvida nenhuma, um dos primeiros pensadores políticos voltados para o bem-comum, baseado na proteção das massas de trabalhadores. A “Plataforma do Castelo”, de Getúlio, já havia reconhecido essa idéia, mas foi Miguel Costa quem, pela primeira vez, adotou medidas concretas para a sua efetivação. Se Getúlio quis perpetuar a sua imagem como pai do trabalhismo, é a Miguel Costa que devem ir os louros do pioneirismo do trabalhismo sadio no Brasil.

Proteção de proletários era algo tão estranho na mentalidade política da época que o rótulo mais próximo que se encontrou foi o de comunista. Miguel Costa jamais foi filiado ao Partido Comunista e rompeu com Prestes quando este optou pelo comunismo. E, aliás, dizia, com bastante espírito, que “guardava o comunismo no coração e os comunistas na cadeia”.³¹

A formação da Legião Revolucionária por iniciativa do general foi um feito estuendo, reunindo mais de trezentos mil brasileiros.³² Foi a primeira organização genuinamente popular do Brasil, depois transformada em partido político. Do seu programa de fundação, tido como radical na época, que propostas encontramos? Que o trabalho tenha um tratamento humano; salário mínimo justo com a participação do operariado nos lucros da indústria; igualdade salarial entre homens, mulheres e crianças, para diminuir a afluência de mulheres e crianças às

oficinas ou fábricas; estabelecimento de um sistema de assistência moral e material ao trabalhador, com habitação e aposentadoria.³³

Qual dessas propostas não é hoje um merecido benefício social usufruído na plenitude pelo brasileiro? Qual dessas propostas teria opositores hoje em qualquer país democrático do mundo?

Miguel Costa era um político adiante de seu tempo, e o carinho popular de que foi alvo em toda a sua vida bem o reconhece. Como o próprio general admitiu ao fundar a Legião Revolucionária: “A revolução, vitoriosa nas armas, deve levar avante a sua obra de regeneração nacional. A revolução não pode consistir numa derrubada de ocupantes de posições para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições. O povo fez a revolução em nome da Justiça, para ter assegurado o seu direito de liberdade, para chamar às contas os dilapidadores da fortuna pública, para o ajuste severo com os açambarcadores de privilégios, para punir todos quantos, abusando do poder usurpado, espezinharam as garantias individuais e coletivas.”³⁴

Reintegrado oficialmente à vida militar, em 1930, Miguel Costa teve devolvida sua naturalização de brasileiro, foi confirmado no posto de General-de-Brigada, classificado no comando da 2ª Divisão de Exército, e exerceu a Inspeção da Força Pública, a Secretaria da Segurança Pública (que criou) e, mais tarde, o Comando Geral da Força.

Miguel Costa foi um comandante extremamente querido na milícia bandeirante. Foi ele o único oficial em toda a história da Corporação a receber a homenagem máxima dos militares, uma espada de ouro, com as heróicas datas de 1922, 1924 e 1930 gravadas.

³⁰ Edgard Carone, *O Tenentismo*, p. 199, Hélio Silva, *1931 - Os Tenentes no Poder*, p. 120-166 - Antonio Carlos Pereira, op. cit., p. 96.

³¹ Conforme transmissão oral de testemunhas da época na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

³² Aspásia de Camargo, Walder de Góes, *Oswaldo Cordeiro de Farias, Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, p. 208.

³³ Hélio Silva, op. cit., p. 119.

³⁴ Edgard Carone, op. cit., p. 201.

Conseguiu vencer, com muita diplomacia, o terrível problema de fusão dos quadros legalistas e revolucionários, fazendo justiça a todos. Não teve rancor nem revanchismo contra os adversários de outrora. Nem mesmo após o movimento de 28 de abril de 1931. Filtrem-se os ânimos exaltados da época e analisem-se as atitudes de Miguel Costa, então.

O ínclito General Isidoro Dias Lopes, ex-comandante de Miguel na arrancada de 1924, discordava da atuação política dele. Mas reconhecia o papel que deveria ser ocupado pelos revolucionários na regeneração da República, dizendo: *“Entendo que aos vencedores da revolução de outubro cabem as responsabilidades todas da direção dos estados e do País.”*³⁵

Infelizmente, Miguel Costa, querido pelo povo, desprovido de ambição pessoal, patriota abnegado, era militar e, de origem, um major de polícia, um “meganha”. Em um Estado dominado pelo grupo elitista oriundo da Faculdade de Direito, Miguel Costa era rejeitado na política como uma afronta à pureza vestal dos “bucheiros” iniciados nos ritos secretos do Largo São Francisco.

A tolerância de Miguel Costa era fustigada pela intolerância e sectarismo dos bacharéis, antigos donos dos partidos republicanos da República Velha. Os bacharéis recusavam qualquer militar revolucionário na direção do Estado e, por puro preconceito, estabeleceram o critério de que o Estado só poderia ser governado por um civil paulista, exigência racista arraigada ainda hoje na elite paulista, como fruto pernicioso da malfadada “Campanha Civilista” de Rui Barbosa.³⁶

E aí a nossa história sofre o vício de visão sintomático das épocas de guerra. Na França de 1870, percebeu-se com clareza que as guer-

ras que vencemos geram uma pequena produção literária. Mas as guerras que perdemos geram uma vasta coleção de livros. Porque o povo vencido necessita escrever para justificar à posteridade a sua derrota. Os bacharéis detratores de Miguel Costa foram derrotados em 1932, e, por injusto que seja, a Revolução Constitucionalista, feita pelos mesmos ideais de soberania popular que Miguel Costa tanto defendeu, gerou uma biblioteca de textos contrários à política do general.

A lealdade de Miguel Costa ao Chefe Supremo da Revolução, Getúlio Vargas, determinou o seu desaparecimento da cena política. A estratégia do despistamento de Getúlio esteve sempre na raiz dos problemas de São Paulo e resultou diretamente no sacrifício político de Miguel Costa.

Quando foi chamado para concorrer ao Senado Federal, ocupar cargos federais e outras sinecuras, Miguel Costa sempre recusou.³⁷ Encerrou sua vida humildemente como General reformado, sem jamais ter buscado posições ou benefícios pessoais. Seus detratores, entretanto, que tanto criticavam a sua dita fome de poder, serviram em todos os momentos, e muitas vezes trocando repetidamente de casas, aos ocupantes dos governos, muito mais fiéis às suas conveniências próprias do que aos interesses do País.

O desaparecimento do general completa a auréola de heroísmo que envolve seu nome. Espírita que era, foi ele abençoado com a mais bela morte que poderia desejar. Deus lhe deu, com justiça divina, o maior prêmio para o soldado legendário que foi.

Convidado em 1959 a um programa de auditório televisionado para grande audiência, Miguel Costa relatou longamente, perante as

³⁵ Hélio Silva, *1931 – Os Tenentes no Poder*, p. 139.

³⁶ Antonio Carlos Pereira, “Folha Dobrada”. *O Estado de S. Paulo*, p. 80.

³⁷ Hélio Silva – op. cit., p. 167.

câmeras, a sua vida de combates e as agruras que as suas tropas enfrentaram durante a Revolução Brasileira. Ouvido com atenção por uma platéia de sorte, ao final da entrevista foi aplaudido de pé, ovacionado por vários minutos pelos brasileiros que mais uma vez aclamavam aquele herói.

O reconhecimento triunfante do povo brasileiro era algo a que o General já estava acostumado. Mas, naquele dia, ao responder ao público com uma continência marcial, o general dos olhos de aço, o herói de São Paulo, de Iguaçu, de Catanduvás, da coluna, de Itararé, da Legião Revolucionária, de tantos combates e batalhas sentiu a emoção bater mais forte no seu peito. Sem jamais ter sido vencido na guerra, Miguel

Costa sentou-se perante a audiência e, tranquilamente, deixou seu corpo para tomar lugar junto ao Criador, seguindo para o paraíso dos guerreiros. Uma vida grandiosa encerrava-se ali, em um ato de máxima glória.

A carreira militar de Miguel Costa foi exemplar, sua visão política foi a de um Brasil forte e democrático, acima de qualquer tipo de regionalismo. A Academia de História Militar Terrestre do Brasil tem na sua cadeira a grande responsabilidade de cultuar esse guerreiro *sans peur et sans reproche*, o nosso cavaleiro perfeito, fazendo-o servir de exemplo, sempre, às futuras gerações de comandantes da Polícia Militar. Cabe a nós cultuarmos a sua memória e projetarmos seus ideais e qualidades para o futuro. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



As Grandes Decisões Estratégicas

*Elaborado pela Diretoria de História Militar
do Departamento do Exército dos EUA*

Desde o início da Segunda Guerra Mundial e após sua conclusão, uma equipe de historiadores, pesquisadores e escritores trabalha na reunião e seleção de documentos que relatam a participação do Exército dos EUA no conflito. Já foram consultados milhares de documentos (dos nossos aliados, dos japoneses e dos alemães), complementados por entrevistas feitas com participantes do conflito. Com base nesse trabalho, foi editada esta obra com vinte capítulos, cada um abordando uma decisão importante da Segunda Guerra Mundial. Inigualável em sua amplitude, em seus pormenores, em sua importância e na profundidade de sua extensão, ela pode ser considerada como uma história para historiadores.